

evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Importante destacar que para 2019 não houve qualquer alteração ou nova informação referente a ação judicial e investigação, e a Pró-Saúde se mantém atenta a qualquer movimento neste sentido, de forma que possa tomar as medidas necessárias a reparação de qualquer dano que tenha sofrido. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 52 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional, vêm sendo adotados a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência: • Em 2.017, a associação deu início ao Programa de Integridade Anticorrupção; • Em 2.018, desenvolveu o programa de governança corporativa, e ao longo do ano, foram instituídas normas de transparência e reorganizados todos os seus processos internos. O mais recente passo está em curso: todos os 16 mil colaboradores da associação estão recebendo treinamento nas novas regras institucionais; • No mesmo ano, reestruturou sua diretoria, criou o departamento de controladoria, lançou o Código de Ética e de Conduta institucional, com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; • Também no exercício de 2.018, lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção. • No ano de 2019 foi estruturada a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria. Implantou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética. Aplicou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis, bem como foi instituída a publicação semanal Pílulas da Integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes rela-

11. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar

a) Composição Itens	2.019		2.018	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado				
Equipamentos telefônicos	49.802	(32.812)	16.990	26.947
Equipamentos de informática	1.126.033	(807.055)	318.978	544.195
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	5.147.423	(1.699.415)	3.448.008	3.962.751
Móveis e Utensílios	1.245.992	(449.212)	796.780	921.371
	7.569.250	(2.988.494)	4.580.756	5.455.264
Intangível				
Direito de uso de software	750.817	(476.527)	274.290	424.448
	750.817	(476.527)	274.290	424.448
Subvenções a realizar				
Subvenções governamentais *	(4.580.756)	-	(4.580.756)	(5.879.713)
Total do ativo imobilizado	(4.580.756)	-	(4.580.756)	(5.879.713)

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.

continua >

cionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.019	2.018
Caixa	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	7.761.613	6.723.686
	7.764.613	6.726.686

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.019	2.018
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará (a)	22.188.690	23.358.077
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)	(18.691.765)	(19.068.255)
	3.496.925	4.289.822

a) **Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará:** Correspondem aos valores a receber junto à Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, pela emissão de notas fiscais através de valores acordados via ofícios, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante R\$ 3.496.925. b) **Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou ainda, a aplicação daqueles montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 15).

7. Estoques

Descrição	2.019	2.018
Medicamentos	1.757.200	1.219.830
Materiais hospitalares de consumo	905.492	581.998
Materiais de Higiene e limpeza	149.056	85.044
Materiais de Expediente e Impressos	63.918	67.862
Materiais Hospitalares de Reposição	39.771	40.856
Ortese e Próteses	227.451	124.311
Outros	419.442	246.914
	3.562.330	2.366.815

8. Empréstimos - Partes Relacionadas

Descrição	2.019	2.018
Ativo não circulante		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Metropolitano	6.866	4.091
Hospital Galileu	-	13.145
Hospital de Santarém	24.852	21.114
Hospital de Altamira	22.926	2.769
Hospital de Barcarena	1.417	494
Hospital 05 de Outubro	578	-
Empréstimos financeiros (b)		
Hospital Metropolitano	944.300	944.300
Hospital de Altamira	150.000	150.000
Sede Administrativa	2.036.449	4
	3.187.388	1.135.917

Passivo circulante

Empréstimos de materiais e medicamentos (a)	2.019	2.018
Hospital Metropolitano	(3.099)	(3.150)
Hospital de Santarém	(9.651)	(11.197)
Hospital de Barcarena	(31.836)	-
Hospital Galileu	(309)	(37.166)
	(44.895)	(51.512)

(a) - **Empréstimos de materiais e medicamentos:** Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - **Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. **9. Imposto a Recuperar:** A Prefeitura Municipal de Belém emitiu auto de infração relativo a cobrança retroativa no valor correspondente a R\$ 982.221, a título de ISS não retido em sete notas fiscais emitidas pela unidade hospitalar. Em maio de 2019 a Secretaria do Estado de Saúde do Pará efetuou os repasses de custeio líquido do valor acima. A Administração da Pró-Saúde, apresentou impugnação do auto de infração, uma vez que entende que a retenção efetuada pela Prefeitura do Município de Belém é indevida. Embora as chances de recuperação do valor retido na fonte a título de ISS sejam favoráveis a Pró-Saúde, não é esperado que a devolução dos recursos financeiros seja efetuada até dezembro de 2020, motivo pelo qual está classificado no ativo não circulante. **10. Depósitos Judiciais:** Em 31 de dezembro de 2.018, os depósitos judiciais no montante de R\$ 1.611.924, correspondia a processos judiciais de outras unidades da Pró-Saúde que foram bloqueados na unidade hospitalar. No exercício de 2019 foi efetuada a transferência da responsabilidade para a Sede Administrativa da Pró-Saúde. Conseqüentemente, os valores foram revertidos da rubrica de depósitos judiciais, restando o montante de R\$ 26.285 relativos a processos em trâmites na justiça do Hospital.